

## JUDICIÁRIO

## Pilili para atrair o eleitor jovem

Nos 30 anos da urna eletrônica, TSE lança mascote em evento para alunos. Cármen Lúcia ressalta a segurança do equipamento

» RENATO SOUZA

Presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a ministra Cármen Lúcia enfatizou a segurança das urnas eletrônicas em uma conversa com estudantes da rede pública do Distrito Federal. O evento marcou a cerimônia de 30 anos da implantação do equipamento nas votações políticas no Brasil.

Os alunos foram recebidos por um boneco gigante em forma de urna, chamado Pilili — apelido inspirado no som emitido pelo equipamento na confirmação do voto. Eles também tiveram acesso a modelos do equipamento eletrônico e receberam informações técnicas sobre o funcionamento deles.

Cármen Lúcia destacou que a votação eletrônica foi adotada para evitar a ocorrência de fraudes, além de dar agilidade ao processo de apuração. “Estamos completando 30 anos em que votamos em uma urna eletrônica. Antes, assinava-se em uma cédula e colocava em uma urna de lona. Essa urna



**A urna é sua, é do Brasil e são vocês que têm que defendê-la, porque é a defesa da democracia feita por todos nós"**

**Cármen Lúcia,**  
presidente do TSE

era conduzida a um local, onde se contava voto um por um”, explicou aos alunos. “Como isso poderia gerar alguma falsidade — alguém poderia assinar pelo outro, votar pelo outro —, o Brasil pensou em uma forma, algo feito por nós, para nós, para nossas necessidades, que é a urna eletrônica.”

A ministra frisou que voto é universal e sigiloso. “Cada um de vocês, quando chegar a hora, como

eleitor, vai apertar o número do candidato, e ninguém vai saber, somente você. Essa urna dá a totalização, ou seja, quantos votos cada um teve. No mesmo dia temos esse resultado. São 150 milhões de eleitores aproximadamente”, ressaltou.

Os alunos puderam simular um voto. Uma estudante apertou o número 99, orientada pela equipe do TSE. Outro aluno, o 17, em uma parte do evento que estava fora do protocolo.

De acordo com o TSE, a urna eletrônica reduziu riscos de fraude e ampliou a segurança e a confiabilidade das eleições brasileiras, consolidando-se como símbolo do sistema democrático.

Ao longo de três décadas, o equipamento se firmou como instrumento essencial para garantir rapidez na apuração e segurança no processo eleitoral, com base em constante aprimoramento tecnológico e rigorosos procedimentos de auditoria.

Leia mais sobre a preparação para as eleições [na página 16](#)

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



A presidente do TSE, ministra Cármen Lúcia, no encontro com estudantes: urna eletrônica para evitar fraudes

## Ministros do TST trocam farpas

» VANILSON OLIVEIRA

O presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, e o ministro Ives Gandra Martins Filho trocaram farpas ontem no plenário da Corte, após a repercussão de declarações de Gandra sobre uma divisão entre magistrados, supostamente separados entre “vermelhos e azuis”.

Em resposta ao colega, Vieira se

## Palestra

A expressão foi cunhada pelo ministro Ives Gandra Filho durante palestra em um evento, organizado por outro membro do tribunal, que ensinava advogados a litigarem na instituição. Gandra descreveu ministros “liberais e intervencionistas” ou “legalistas e ativistas”.

definiu como um juiz vermelho, em vídeo divulgado em 1º de maio, que viralizou imediatamente. Nas redes sociais, os usuários logo compararam o uso das cores a posicionamentos políticos dentro do Judiciário.

Na sessão de ontem, Vieira disse que sua fala foi tirada de contexto. Segundo ele, a declaração teve o objetivo de enfatizar que é defensor da Justiça, “construída num país desigual por força de uma luta social, na defesa, na tutela e na

proteção de trabalhadores brasileiro que conquistaram seus direitos”. “Eu quis dizer que batizado que fui pela cor que me deram, queria deixar claro a minha causa, que é a defesa dessa instituição. Eu não participo de nenhum evento pago, e naquele momento eu estava dizendo pros juízes brasileiros que precisamos defender a nossa Justiça, que está ameaçada”, explicou.

Segundo destacou, a Justiça do Trabalho não deve ter divisões entre correntes e que deve ser marcada pela pluralidade. “Não tem juiz azul nem vermelho. Sou do tempo em que todos nós, com os

nossos diferentes pensamentos, trabalhamos para o desenvolvimento, fortalecimento e crescimento da Justiça do Trabalho”.

Ele destacou que a instituição foi construída com muita luta no país. “Sofreu tanto e tem sofrido a cada dia. E eu assisti a juízes desanimados, tristes, porque não sabem qual é a perspectiva da sua atuação diante de tantos ataques. Não precisávamos de ataques internos”, afirmou.

Ives Gandra Filho, por sua vez, reagiu às declarações e disse que “há ministros que têm visão mais liberal e mais intervencionista; há uns mais legalistas, outros mais

ativistas”. “Essa realidade não é possível esconder”, acrescentou, o que deu início à troca de farpas.

O presidente do TST foi direto e disse que Gandra Filho contribuiu para criar rótulos dentro da Corte, que respondeu que correntes distintas fazem parte de um tribunal plural.

O imbróglio durou cerca de 30 minutos e só cessou após a intervenção da ministra Maria Cristina Peduzzi. “Não vejo nenhuma atitude democrática em um bate-boca como esse. Todos aqui atuam em nome da Justiça”, disse. Procurado pelo **Correio**, o TST não se manifestou.

## EXPRESSÃO DE OPINIÃO

# MANIFESTO PELA EVOLUÇÃO RESPONSÁVEL DO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DO TRABALHADOR (PAT)

O Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) é uma das mais relevantes políticas públicas brasileiras, que, por meio da cooperação entre Estado e iniciativa privada, há mais de 50 anos promove segurança alimentar para 22,1 milhões de trabalhadores e fortalece a economia local, especialmente pequenos e médios estabelecimentos. Sua modernização é legítima e necessária, mas deve ser conduzida com responsabilidade, preservando seus pilares essenciais – em especial a destinação específica dos recursos à alimentação, condição fundamental para a efetividade social do programa.

As entidades signatárias reconhecem a importância da inovação e modernização do programa. No entanto, entendemos que esse processo deve ocorrer de forma gradual e segura, assegurando que mecanismos de controle e rastreabilidade sejam plenamente capazes de garantir o uso dos recursos conforme a finalidade do programa. Uma transição precipitada, tal qual imposta pelo Decreto nº 12.712/2025, pode gerar riscos indesejados, como o desvio de finalidade do benefício e a perda de sua natureza alimentar.

Nesse sentido, defendemos a coexistência entre diferentes modelos operacionais, permitindo que soluções já consolidadas e comprovadamente eficazes – especialmente o arranjo fechado – continuem contribuindo para a segurança alimentar dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que novos modelos amadurecem. Acreditamos que, com diálogo, previsibilidade e base em evidências, será possível fortalecer o PAT de forma sustentável, garantindo benefícios concretos para trabalhadores e a necessária segurança para empregadores e para toda a cadeia econômica envolvida.

